



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **Ata da 15.<sup>a</sup> Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada nos Municípios da Lapa e de São Mateus do Sul, em 13/5/2021.**

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às nove horas iniciou-se a 15.<sup>a</sup> Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, realizada de modo remoto, pelo aplicativo *zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Deputados presentes: Arilson Chiorato, Tadeu Veneri, Emerson Bacil, Michele Caputo, Mabel Canto, Subtenente Everton, Luiz Cláudio Romanelli, Plauto Miró, Anibeli Neto, Nelson Luersen, Fruet, Luiz Fernando Guerra, Mara Lima. Senadores: Flávio Arns. Prefeitos de Rebouças, Inácio Martins e Presidente da AMCESPAR, da LAPA, Alcione Jaguariaiva, Moacir Mallet, Veredor Ricardinho Antonio Olinto, Ratinho presidente da Câmara, Vereadores de Corbélia, muitos Vereadores e Prefeitos presentes. A jornalista Paola Manfroi da TV Assembleia abriu a audiência às 09h05min, Deputado Arilson esclareceu a motivação da audiência pública, para identificar os erros atuais, ouvir a percepção do povo, identificar erros e apresentar soluções, e reivindicar o melhor planejamento, que favoreça os usuários, a vida e desenvolvimento econômico do Paraná. Ressalta a importância de discutir os contratos ainda vigentes, e evitar que sejam criadas circunstâncias e condições ruins para os novos contratos, como degrau tarifário, critério de licitação com maior pagamento de outorga para desempate. Esta demanda desta região tem referência aos Municípios da Lapa, São Mateus do Sul e também de União da Vitória, mas tem importância para todos os municípios que são cortados ou segregados pelas rodovias pedagiadas. A Frente é suprapartidária e defende mais obras em menos tempo e menor tarifa. Esclarece como serão organizados os trabalhos, com faladas intercaladas entre autoridades locais e representantes da sociedade civil. Passado ao Dep Luiz Cláudio Romanelli, ressalta que o Senador Flávio Arns pediu audiência pública na Comissão Infraestrutura do Senado sobre o Pedágio no Paraná. O grande problema dos contratos originários foi a taxa de outorga, paga pelas empresas, através de obras que, por conluio, foram reduzidas no momento do leilão. O modelo atual é de 2510 km de rodovias, chamado Anel de Integração 1809 federais e 701 estaduais. Esse modelo apresentado pelo Ministério não é novo, é a antiga conhecida concessão onerosa, já utilizada pelo Governador Jaime Lerner para o "anel de integração" do Paraná, iniciado em 1997,



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

fixação de programa de obras e tarifa pré-fixada (era 40% mais cara do que deveria desde o início do contrato). As tarifas máximas previstas para o leilão terão o desconto máximo de dezessete por cento, e criaram a taxa de outorga (dinheiro pago ao governo federal), após os questionamentos esse valor seria depositado numa conta centralizada no caixa das concessões de cada lote. O trecho que estamos falando é o lote 01, e o valor da tarifa já está atualizado, pela aplicação de índice correção. Queremos uma licitação pelo menor preço de tarifa, sem limite de desconto, com base na concorrência, obras no início do contrato (começou concessão começou a obra), e uma garantia para a execução da obras, como um depósito de caução, sem taxa de outorga, Qualquer concessão só é realizada um ganho maior de eficiência, porém o Governo Federal está prevendo quase que a criação de uma estatal, comparativamente, engessando valores, e demais questões. Temos exemplos positivos de licitação pelo menor preço. Esse novo contrato deve ser trabalhado, para que o CNPJ que ganhe a licitação tenha deveres bem especificados. O Governo Federal realizou um leilão da BR153 entre Tocantins e Goiás, e as duas únicas rodovias que participaram foram a ecocataratas e a ecovia. A Assembleia Legislativa firmou um novo Manifesto uníssono entre todos os Deputados, assinado por todos protocolado na ANTI, com nossas propostas. Estamos satisfeitos com o posicionamento do Secretário da Infraestrutura Sandro Alex e do Governador Ratinho Júnior. Dep Michele Caputo, David advogado Lapeano passou estudo do Sr. Arnaldo da Potencial Petróleo, que o pedágio é mais caro do que o próprio biodiesel. Dep Emerson Bacil, são aprox. 45 quilômetros entre Araucária e Lapa, era para duplicar tudo, fizeram apenas quatro quilômetros, favor de pedágio público, e se for para entregar a BR476 restaurada, não precisa de pedágio. BR476 trafegam mais de 4.000 veículos por dia, se o Governo do Estado não vai revitalizar, precisamos que entre nas rodovias do pedágio, e o Ministro Tarcísio disse que é possível novo trecho com a BR476 e região Lapa. Dep Tadeu Veneri, reforça a posição estratégica da Lapa, que Senadores e Dep Federais se manifestem, não é correto que apenas o Sen Flávio Arns se manifeste e os demais e a maioria dos Deputados Federais sejam omissos. Senador Flávio Arns, tem feito contato com demais Senadores, o que se ouve do Ministério não é que está sendo falado no Paraná, o TCU já se manifestou que as rodovias estaduais só poderão ser incluídas se aprovadas pela ALEP. Como acaba em novembro, tem um grupo trabalhando na legislação? Os três



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

senadores irão oficializar o Governador. Presidente da AMSULPAR e Prefeito de Bituruna Rodrigo Rossoni, a favor mobilização. Presidente da AMCESPAR e Prefeito de Inácio Martins Júnior Benatto, todos os municípios que compõem a associação de municípios devem receber de forma igualitária, de todos os tributos recebidos pelo Município sede. A associação de municípios tem equipe técnica para assessoria aos municípios. Acyr Hoffmann, a duplicação da pista deve constar no novo contrato com concessionários, gratuidade tarifa para tráfego dentro dos municípios Sr. Anderson Nora. Deputado Subtenente Everton, diante da comprovação da existência de cobrança abusiva de bilhões daqui pra frente as cancelas deveriam ser abertas. Dep. Professor Lemos, Governador deveria fazer contato com o Presidente para que o Paraná siga com suas rodovias. A audiência passa a ser conduzida pelo Dep. Evandro Araújo. Passado para Dep. Plauto Miró, temos que ser contra desde já esta modelagem discutida pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal. Dep. Anibelli Neto, o Governador Ratinho Jr. tem o prestígio do Presidente, e deve pedir que mude este modelo, para que se mude esta modelagem apresentada. Na ALEP, houve uma CPI que foi contra a prorrogação dos atuais contratos, que era proposta por grupo próximo ao Deputado Ricardo Barros. Prefeito Luiz Zak, Rebouças, pede que Deputados Federais e Senadores estejam de acordo pelo menor preço. Márcio Stanis, Câmara de Dirigentes Lojistas de São Mateus do Sul, sugere o modelo de menor tarifa, como o modelo Santa Catarina, deve-se buscar uma convergência com Deputados Federais. Sr. Elias Mansur, Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Mateus do Sul, as estradas. Sr. Bruno Bux, Coordenador do Movimento Lapa contra o Pedágio, o que o Lapeano quer a isenção da tarifa, os estudantes, empresários que tem que pagar pedágio pra entregar na Restinga, Vila Esperança e Feixo (quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares), todo veículo emplacado na Lapa deve ter isenção da praça de pedágio. Sr. Antonio Leandro, isenção do pedágio todas as pessoas que tem propriedade no município da LAPA, nós que temos propriedade na Restinga, Mariental, e Feixo temos que ir em Contenda ou Araucária fazer compras para evitar o pagamento do pedágio. Modificar a forma de análise das isenções dos moradores porque hoje a concessionária limita a apenas um carro por matrícula/escritura de propriedade, lapeanos de primeira e de segunda classe, ou seja, lapeanos que tem direito a entrar no centro da cidade sem pagar pedágio e outros



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

lapeanos que não tem direito de entrar no centro da cidade sem pagar pedágio. Prefeito de Irati, Jorge Derbli, duplicação Irai BR277, mas pagar pelo serviço na medida que as obras forem executadas. Ex-Prefeita Lapa Leila Klenk, que o movimento pedágio contra a Lapa ganhe força, e para não repetir o erro do passado que aceitou a praça, defesa dos direitos dos quilombolas que são impedidos de transitar, em razão do pedágio. Dep Soldado Fruet, os representantes políticos locais e a Assembleia mudaram o discurso do Governo Estadual e devemos mudar o do Governo Federal. Sr. Dimas. Dra. Daniele Balbino, a OAB/LAPA a isenção de tarifária é necessária pois a praça está num meio de passador, quem mora em Mariental, vamos trabalhar para conseguir a isenção dos veículos da LAPA, buscamos o modelo de menor valor. Sra. Claudia, da Comunidade Restinga Remanescente de Quilombo, direito a livre consulta previa informada, convocar o Ministério Público Federal e direito a isenção de pedágio para a comunidade. Paulo do Raio X, que os municípios cindidos por rodovias pedagiadas, que os distritos ficam separados, é necessário incluir no contrato a isenção de tarifa para estes municípes. Sr. Jeciel. Prefeita de São Mateus do Sul Fernanda Sardanha, tem usina de xisto que pode ser utilizado para duplicação da Lapa até União da Vitória. Deputado Evandro retoma, perguntas são lidas. Deputado Romanelli esclarece todas as perguntas. Dep. Arilson informa que a Frente irá reivindicar ao MPF o direito a consulta prévia informada aos quilombolas e indígenas, nos termos da Convenção 169 da OIT, que a Frente Parlamentar organizou 15 audiências públicas e a Assembleia convidou 1 reunião técnica em 04 de fevereiro com Ministério e ANTT. Próximas audiências 20/05 Jacarezinho, 21/05, Maringá. Reivindicaremos para o Ministério e ANTT que não haja prejuízo aos Municípios cortados por praças de pedágio, por requerimento da Assembleia. Será disponibilizado hoje para todos os Deputados assinarem. Foram feitas estas principais propostas: i) Dispensamos MAIS OUTRA Praça de Pedágio em nossa Região (Lapa, São Mateus do Sul e União da Vitória); ii) Como alternativa sugiro o Pedágio Público; iii) apresentar o contrato para os Moradores, com benefícios para a população, não para os empresários; iv) Resolver dívidas anteriores, conforme aponta o Deputado Requião Filho; v) Criar Comitê Local de Acompanhamento de Contrato, para que seja efetivamente cumprido e garantir trafegabilidade e segurança necessárias; vi) Reduzir o tempo de concessão para 15 anos; vii) Isenção para moradores da vizinhança, em distância a ser discutida com os



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

moradores; viii) duplicação da pista deve constar no novo contrato com concessionários. ix) garantia formal para realização das obras; x) isenção das tarifas para municípios cortados por praças de pedágio. xi) buscar a abertura das cancelas e não cobrança de tarifa daqui até o final destas concessões. xii) gratuidade do pedágio para veículos emplacados na Lapa. Contribuições pelo email: *fppedagio@assembleia.pr.gov.br* Nada mais havendo a tratar, o Dep Arilson Chiorato agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

**Deputado Estadual ArilsonChiorato**